

### SAÚDE

# Assistência mental no DF precisa de atenção

Especialistas apontam falhas nos serviços públicos que oferecem atendimento a pacientes com transtornos psiquiátricos. Na rede privada, os problemas se repetem, aumentando riscos de tragédias, como a da Comunidade Liberte-se, no Paranoá

» MÁRCIA MACHADO  
» LUIZ FELLIPE ALVES

Alta demanda, em contraste à baixa oferta de serviços adequados de acolhimento de pacientes com transtornos mentais psiquiátricos na rede pública de saúde do Distrito Federal, acende o alerta entre especialistas. Na noite de 31 de agosto, um incêndio na Comunidade Terapêutica Liberte-se, no Paranoá, deixou cinco pessoas mortas (outra vítima faleceu em 23 de setembro) e 11 feridas. Sem extintor de incêndio e impedidos de fugir do quarto em que estavam trancados, alguns dos 46 internos viveram momentos de terror.

O episódio chocou a população e, nesta reportagem, o **Correio** aponta problemas que se arrastam há 15 anos, como a falta de espaços de saúde adequados para o tratamento e cuidados dos usuários de álcool e de drogas.

Levantamento publicado no site da Secretaria de Saúde (SES-DF) revela que, de janeiro a outubro de 2024, foram realizados 303,5 mil atendimentos relacionados à saúde mental, um aumento de 7,82% se comparado ao ano anterior, que registrou 281,5 mil.

A necessidade de espaços no DF para atender à crescente demanda, e que ofereçam os devidos tratamentos e cuidados a pessoas com transtornos psiquiátricos, vem de longa data e atravessa governos. Em maio de 2010, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça requerendo a implantação de 25 residências terapêuticas e 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) no DF, no prazo de um ano. Em janeiro de 2016, a Justiça estendeu o prazo para até 2017. Até hoje a maioria dessas unidades não foi instalada.

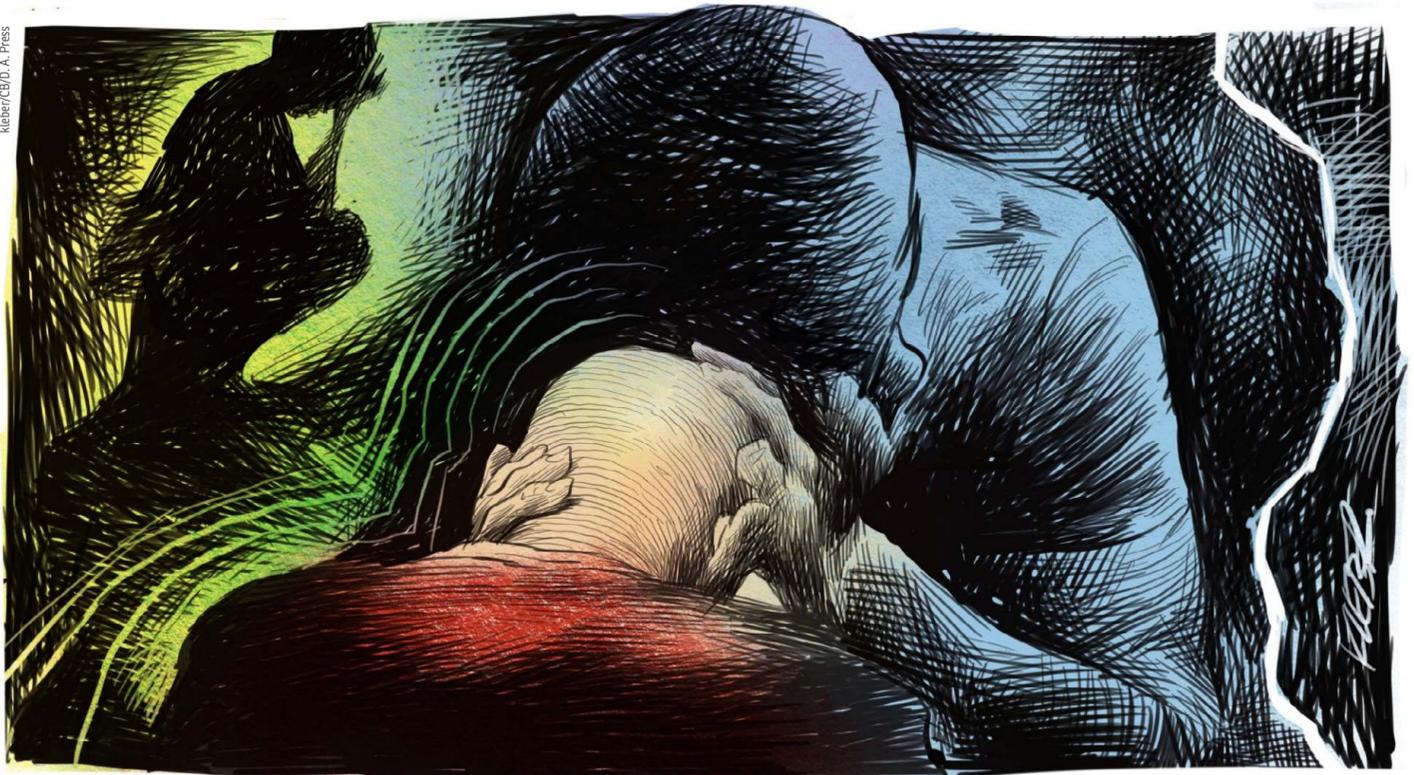
O psiquiatra Ricardo Lins, que coordenou a implantação da política de saúde mental no DF de 2007 a 2015, lembra que a última Conferência Distrital de Saúde Mental apontou, em 2010, a necessidade de instalação de 46 Caps no DF, tendo como base a população da época. Hoje são apenas 18 em funcionamento, segundo a Secretaria de Saúde, sendo sete deles voltados para o atendimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, “com equipe multiprofissional especializada para o tratamento, distribuídos entre diferentes modalidades, conforme o perfil populacional, a faixa etária atendida e a complexidade do cuidado requerido”, segundo a SES.

Em relação às residências terapêuticas — que são implantadas pelo poder público para assistir pessoas com transtornos mentais graves que foram internadas por longos períodos e não têm como retornar para a família — a SES informou que o DF conta com apenas duas unidades, sendo uma masculina e uma feminina, com 10 residentes em cada uma. Ambas estão localizadas na Região de Saúde Leste (que atende Paranoá, Itapoá, Lago Sul, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardim Mangueiral).

### Inclusão social

Décio de Castro Alves, psicólogo e supervisor clínico institucional pela Fiocruz Brasília, avalia que as residências terapêuticas representam a grande ferramenta da inclusão social das pessoas que foram deixadas em internação de longa

Heber/CBD, A. Press



Luiz Felipe/CB/D.A Press



Internos estavam trancados quando o fogo começou na Liberte-se

### Entenda os serviços

#### Centros de Atenção Psicossocial (Caps)

Compõem a Raps (Rede de Atenção Psicossocial), funcionam como clínicas públicas voltadas ao atendimento de pessoas com transtornos mentais moderados e graves, bem como aqueles com sofrimento psíquico decorrente do uso prejudicial de álcool e outras drogas. As equipes atuam de forma interdisciplinar, articulando-se com a rede de atenção e os recursos do território.

#### Unidades de Acolhimento

Atuam com o objetivo de dar suporte aos usuários e familiares que passam pela internação em Caps álcool e outras drogas. O período máximo de internação é de 90 dias.

#### Residências Terapêuticas

São moradias implantadas pelo poder público e destinadas a pessoas com transtornos mentais graves que não precisam mais de internação, necessitam ser

cuidados 24h, mas perderam o suporte familiar ou social.

#### Comunidades Terapêuticas

São casas particulares que podem se convênir com o poder público. Oferecem apoio e tratamento a dependentes de drogas e álcool. Não são clínicas, mas locais de acolhimento voluntário em um ambiente de apoio, mas sem equipe multiprofissional. No Brasil, ONGs e igrejas oferecem esse modelo com cunho espiritual-religioso.

permanência. “Em conjunto com os Caps, preferencialmente os que funcionam 24 horas, constituem os principais dispositivos para garantir a desinstitucionalização dessas pessoas com uma oferta de atenção psicossocial integral no território de moradia”, destaca.

Pelos cálculos de Ricardo Lins, o DF precisaria de 25 residências terapêuticas em funcionamento para atender aos pacientes com transtornos mentais diversos e à população do sistema prisional. “A demanda da população

em saúde mental se dá para o cuidado de pessoas em crise, em que os Caps devem acolher e cuidar. Atualmente, muitas pessoas com doenças crônicas chegam a ficar quase dois anos consecutivos internadas em diversas unidades de saúde, entrando e saindo de alta em poucos dias e várias vezes. Essas pessoas têm indicação de residências terapêuticas”, explica.

Ricardo lembra que “os critérios para internação em residências terapêuticas foram criados na década de 1990 e início dos anos 2000, mas

o perfil de adoecimento em saúde mental mudou, e muitas famílias já não conseguem internações de longa duração há muitos anos. Mesmo assim, assistimos às necessidades de internações sem que a rede atual consiga dar resposta.”

O psiquiatra avalia que existe uma demanda reprimida de pessoas que têm sequelas por uso abusivo de substâncias, álcool, crack e outras drogas, e que precisam de equipamentos específicos, no caso Caps álcool e droga e unidades de acolhimento. “A unidade de

### Comunidades conveniadas com o GDF

1. Instituto Desafio Jovem de Brasília – Planaltina (área rural)
2. CRDP – Centro de Reintegração Deus Proverá – Planaltina
3. Instituto Novo Tempo – Recanto das Emas
4. Instituto Abba Pai – Ceilândia
5. Instituto Desperta! – Águas Lindas

acolhimento é transitória, de três meses, e necessária após a internação de 15 ou 30 dias no Caps”, explica. No DF existe apenas uma unidade de acolhimento, em Samambaia, segundo o psiquiatra.

Em nota, a SES-DF disse que executa um plano de qualificação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), que prevê a criação de cinco Caps até 2026: no Recanto das Emas (iniciado) e em Ceilândia, em Taguatinga e Guará, e no Gama (iniciado). “Essas medidas buscam corrigir o déficit histórico e alinhar a rede local aos parâmetros recomendados pelo SUS, garantindo maior acesso e integralidade no cuidado em saúde mental”, aponta.

### Particulares

“Tiraram uma parte de mim”. O desabafo é de Carlos Eduardo Ferrugem, 21 anos, irmão gêmeo da sexta vítima do incêndio na Comunidade Terapêutica Liberte-se. Luiz Gustavo Ferrugem morreu na última segunda-feira em decorrência do incêndio que atingiu a “clínica”, em 31 de agosto.

As comunidades terapêuticas são empreendimentos particulares que devem oferecer tratamento a dependentes de drogas e de álcool focado na convivência entre as pessoas como principal ferramenta terapêutica para a recuperação e reinserção social. Após o incêndio, muitos internos e familiares queixaram-se ao **Correio** do tratamento recebido na casa, como trabalho forçado e violência física. Quatro pessoas (dois responsáveis pela comunidade e dois funcionários) chegaram a ser presas.

Esse tipo de estabelecimento pode firmar convênios com o poder público para manter as atividades. Não é o caso da Liberte-se que, segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus), nunca solicitou registro junto ao Conselho de Política sobre Drogas, órgão vinculado à Secretaria de Justiça do DF. Atualmente, o GDF possui convênio com cinco comunidades terapêuticas que atendem pessoas encaminhadas pelo Programa Acolhe DF (veja quadro ao lado).

### Fiscalização

Desde a tragédia ocorrida na Liberte-se, o MPDFT acionou diversos órgãos — como Polícia Civil e Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa (CLDF) — para acompanhar a responsabilização dos envolvidos no incêndio e cobrar medidas preventivas para que episódios semelhantes não voltem a acontecer.

Além disso, o MPDFT solicitou formalmente que a Sejus e o Conselho de Política sobre Drogas (Conen-DF) informem se há previsão para a criação de uma força-tarefa de fiscalização emergencial em todas as 39 comunidades terapêuticas em funcionamento no DF para verificar os documentos e, principalmente, as condições de tratamento e o respeito aos direitos humanos. “Existe um crescimento descontrolado das implantações das comunidades terapêuticas (privadas), porque muitas ONGs ou entidades diversas propõem o cuidado para essas pessoas porque, muitas vezes, a população não se vê assistida pelo Estado”, ressalta o psiquiatra Ricardo Lins.